

# competência tributária

De acordo com o art. 146 da CF estabelece que as regras gerais nacionais, em matéria tributária, deverão ser veiculadas por lei complementar.

↳ o inciso I do art. 146 prevê que lei complementar deve resolver eventuais conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o DF e os Municípios.

**importante** → a República Federativa não se confunde com a União, que é uma de suas divisões políticas internas.

↳ a lei complementar reclamada pela Constituição é de ordem nacional, pois é destinada a dirimir conflitos de competência entre os entes federados.

A lei complementar que o art. 146, inciso I da CF prevê deve ser nacional, pois compete à República Federativa do BR resolver conflitos de competência entre seus entes internos, como a União, os Estados, o DF e os Municípios.

↳ o inciso II do art. 146 exige lei complementar pl regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, que são as matérias relacionadas aos princípios.

↳ o inciso III do art. 146 exige lei complementar pl estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, circunstância que alcança todas as espécies tributárias e subordina a atividade normativa de todos os entes federados.

▷ o CTN foi recepcionado pl cumprir esse pa



pel e o faz, por exemplo, ao estabelecer critérios de responsabilidade solidária ou de retroatividade benéfica pl as infrações.

Segundo a teoria da recepção, as normas jurídicas que forem incompatíveis com a CF deverão ser excluídas do ordenamento.

Também é exigida lei complementar pl definição de tributos e suas espécies, bem como, no caso dos impostos, pl a descrição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

**importante** → pl o STF, as contribuições do art. 149 da CF podem ser criadas por lei ordinária, a exemplo do que ocorreu com a Lei Ordinária nº 8.212/91, que estabeleceu contribuições sociais no âmbito da União.

O STF considera obrigatória a existência de lei complementar pl as contribuições relativas a novas fontes de custeio pl a seguridade social.